

Entenda mais no

PERGUNTAS e RESPOSTAS

PESCA ARTESANAL DA TAINHA NAS REGIÕES SUL E SUDESTE

1. Qual a importância do sistema de cotas para a manutenção da pesca da tainha?

O governo federal reconhece a importância da pesca da tainha, em especial para comunidades de pescadores e pescadoras tradicionais.

Porém, temos que lembrar que a tainha é capturada em um momento sensível, durante o seu período de reprodução. Por isso, a gestão tem que ser feita com muito cuidado e temos que ter um controle de quanto se pesca.

A gestão da tainha tem sido discutida pelo menos desde 2004, quando a espécie foi considerada pelo MMA como sobreexplorada, por meio da IN MMA nº 5.

Em 2015, foi publicado primeiro plano de gestão da tainha, que previa o fim da pesca da tainha em até 5 anos. Ou seja, se a pescaria continuasse a ser gerida sem um controle da produção, a espécie poderia piorar o seu estado de conservação e poderia ser necessária uma medida mais restritiva, como a moratória, com interrupção da captura por determinado período.

Assim, em 2018, um novo cenário de gestão foi incorporado ao Plano de Gestão, desta vez com participação social, que previa o sistema por cotas de captura para as modalidades de cerco/traineira e emalhe anilhado.

Com o passar dos anos, foi observado que não bastava controlar apenas essas modalidades e que o monitoramento precisava ser mais eficaz. Assim, novas medidas de monitoramento foram aplicadas e o controle foi ampliado para mais frotas, como o arrasto de praia, o emalhe liso e também para a pesca na Lagoa dos Patos.

O sistema de cotas é uma condição básica para que a produção de tainha se mantenha dentro dos limites sustentáveis estabelecidos pela avaliação de estoque, permitindo que a pescaria possa ser realizada pela presente e futuras gerações.

Ao mesmo tempo, sem esse sistema, com as pescarias, teríamos restrições judiciais e ambientais que, provavelmente, levariam a proibição da pesca como um todo.

2. Por que temos que ter um limite de captura?

A partir de dados históricos de esforço de pesca, os cientistas realizam uma análise que estabelece o Rendimento Máximo Sustentável (RMS).

O RMS indica qual é a maior quantidade de pescado que pode ser retirada do ambiente natural sem comprometer a capacidade de reposição do estoque, ou seja, respeitar esse limite contribui para que nos próximos anos, a pesca continue viável para quem depende da atividade.

No caso da tainha, a avaliação de estoque considera dados coletados desde a década de 1980 até os dias de hoje, ou seja, são mais de 40 anos de dados subsidiando a gestão.

Toda a vez que a produção de tainha ultrapassa o RMS anual, aumenta o risco de termos menos disponibilidade de tainha para os anos seguintes, ou seja, o estoque responde de forma negativa a um esforço de pesca acima dos limites.

Nesse cenário, há prejuízos para o estoque pesqueiro e para a própria atividade, pois pode ser necessário maior esforço de pesca para capturar a mesma quantidade, aumentando gastos operacionais e o tempo despendido dos pescadores naquela atividade. Além disso, os rendimentos tendem a ser menores. Por isso, respeitar os limites de captura é muito importante.

3. Como as cotas são estabelecidas?

As cotas são estabelecidas a partir da Avaliação de Estoque, que traz o valor do Rendimento Máximo Sustentável para aquele ano, e de um processo participativo que conta com o setor produtivo, a academia e o governo.

Desta forma, são estabelecidas as cotas para cada modalidade de pesca, assim como a forma de monitoramento e controle, garantindo que sejam respeitadas as especificidades de cada setor e que as cotas sejam distribuídas de forma democrática.

No Brasil não é apenas a pesca da tainha em Santa Catarina que tem uma gestão baseada em cotas de captura. A tainha é controlada pelo sistema de cotas em todo o sudeste e sul do Brasil, com limites tanto para a pesca industrial como para a pesca artesanal.

Além disso, outras pescarias brasileiras são geridas pelo sistema de cotas, como a pesca da lagosta, que acontece na região norte e nordeste, e a pesca de alguns atuns e do tubarão-azul, que ocorre em toda a costa brasileira e águas internacionais.

Nesse último caso, como temos um recurso compartilhado com outros países, os limites de captura por país são estabelecidos pela Comissão Internacional de Conservação de Atuns do Atlântico (IICAT). E da mesma forma como acontece na gestão da tainha, as pescarias também encerram quando se atinge os limites e se as cotas são extrapoladas os países recebem punições, como descontos nas cotas dos próximos anos.

O sistema de cotas, pela sua forma de distribuição, busca garantir que todos os pescadores e pescadoras tenham acesso ao recurso, em especial aqueles que mais dependem dessa atividade, sempre com o objetivo de compatibilizar produção, conservação dos estoques e continuidade da atividade pesqueira.

4. As decisões sobre a safra da tainha são tomadas apenas pelo Governo Federal?

Não. As decisões sobre a safra da tainha são construídas com base em dados técnicos, monitoramento da produção e diálogo com diferentes atores envolvidos na pescaria.

As decisões são baseadas na ciência e em evidências científicas. Os melhores dados disponíveis são utilizados pelos pesquisadores para trabalharem com modelagens matemáticas, que fazem a estimativa dos parâmetros de pesca sustentáveis. São utilizadas, principalmente, as avaliações de estoque e populacionais das espécies-alvo da pesca.

Além disso, o Governo do Brasil conta com a deliberação dos Comitês Permanentes de Gestão e do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Safra da Tainha, espaços que reúnem representantes do setor pesqueiro, pesquisadores, cientistas, governos estaduais, empresas e órgãos públicos. O objetivo é acompanhar a evolução da safra, avaliar os dados disponíveis, ouvir as demandas das diferentes modalidades e subsidiar as decisões de gestão.

5. Como o governo controla as cotas de captura?

O governo federal implementou um sistema de monitoramento robusto e são os próprios pescadores que informam o quanto produziram. Além disso, para termos rastreabilidade, as empresas pesqueiras também realizam esse reporte. Assim podemos saber quanto cada um pescou e rastrear essa produção, como forma de evitar a venda de pescado ilegal.

Além disso, o governo adota gatilhos para o encerramento das pescarias. Quando os números 75% ou 80% do valor da cota, a depender da pescaria, os pescadores são notificados com um aviso no sítio eletrônico oficial do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Mas calma, isso não significa que a pesca está proibida, é apenas um aviso para que os pescadores saibam que a produção está próxima da cota e, em breve, a pescaria será encerrada.

Quando a produção chega a 85% ou 90% da cota, a depender da modalidade, então a pesca fica proibida. Nesse momento os pescadores que estão pescando devem retornar ao porto ou a praia, registrar a sua captura residual e encerrar as suas atividades de pesca da tainha. A partir desse momento, as embarcações podem direcionar suas atividades para outras pescarias permitidas, respeitando as regras de ordenamento vigentes.

Os gatilhos para aviso e encerramento da safra não são novidade. Essas medidas de controle vêm sendo adotadas desde 2019, como forma de evitar que a cota seja extrapolada e descontos de cota tenham que ser realizados nos anos seguintes.

Essas medidas foram estabelecidas considerando os dados com as tendências de produção e em diálogo com os pescadores, por meio de Grupo de Trabalho estabelecido anualmente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

6. Quais os resultados obtidos pelo sistema de cotas nos últimos anos?

O sistema de cotas é uma condição básica para alcançar bons resultados na pesca da tainha.

As avaliações de estoque mais recentes mostram um aumento do Rendimento Máximo Sustentável, ou seja, podemos pescar mais do que em anos anteriores. Além disso, a espécie não consta mais na lista de espécies ameaçadas de extinção, perdendo o seu status de sobreexplorada, que foi atribuído em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Esse avanço está associado ao aprimoramento da gestão pesqueira, incluindo o sistema de cotas, o monitoramento, a fiscalização e outras medidas de ordenamento.

7. Como se dá o processo de melhoramento do sistema de cotas?

O sistema de cotas é revisto anualmente, considerando os dados da safra anterior e com uma escuta ativa da população.

Este ano o governo criou, novamente, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Safra da Tainha, para que todas as informações sejam levadas ao setor com a maior agilidade possível e para que o governo possa monitorar a eficácia da gestão e identificar aqueles pontos que precisam ser reavaliados.

Este é um trabalho conjunto, construído com respeito às tradições pesqueiras e baseado em informações fornecidas pelos pescadores e analisadas por especialistas.

O objetivo é ampliar as condições de acesso ao recurso, sem comprometer a sustentabilidade da espécie.

8. Por que foi possível ter mais cotas para o arrasto de praia e o emalhe liso?

No sistema de cotas temos que observar as especificidades de cada pescaria e se as condições meteorológicas e oceanográficas permitiram o acesso democrático ao recurso.

Cumpramos destacar que a pesca da tainha constitui uma das manifestações mais tradicionais da atividade pesqueira artesanal, sendo amplamente reconhecida por seu valor histórico, cultural e social. Trata-se de prática transmitida entre gerações, que integra a identidade das comunidades costeiras e desempenha papel fundamental na manutenção dos modos de vida tradicionais, na reprodução social dos grupos pesqueiros e na dinamização da economia local durante o período da safra.

Nesta safra de 2026, observou-se que pelas condições climáticas, nem todos os pescadores conseguiram capturar o recurso. Algumas regiões que historicamente registram produções expressivas ainda não haviam acessado o recurso de forma compatível com seu histórico de captura.

Com base nos dados de monitoramento, na avaliação técnica e na escuta do GT de Acompanhamento da Safra, o Governo do Brasil ampliou a cota para essas modalidades, tomando o cuidado de não estabelecer limites que extrapolem o Rendimento Máximo Sustentável previsto na avaliação de estoque.

O objetivo foi compatibilizar a sustentabilidade do recurso, a preservação da tradição pesqueira e a ampliação das condições de acesso à safra.

9. Como o governo garante que a pesca artesanal não seja prejudicada pela industrial no estabelecimento das cotas?

O Governo do Brasil estabelece, anualmente, um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Safra da Tainha, que recomenda ao governo as medidas de monitoramento, controle e as cotas para o ano seguinte. Nesse GT todos os atores estão envolvidos, tanto da pesca industrial quanto da pesca artesanal, e as cotas são definidas em conjunto, considerando as especificidades de cada grupo.

Em 2026, 8.166 toneladas foram destinadas para a pesca artesanal e 720 toneladas foram destinadas a pesca industrial.

O painel de monitoramento é acessível a todos? Quem consegue acompanhar a evolução do consumo das cotas?

Por meio do Painel de Monitoramento da Pesca da Tainha, qualquer cidadão pode acompanhar a evolução da captura de pescado com dados atualizados em tempo real.

[Clique aqui](#) e acompanhe a produção de tainha deste ano.

10. Quais os benefícios gerados pelo sistema de cotas às comunidades tradicionais?

O sistema de cotas é uma condição básica para que a produção de tainha se mantenha dentro dos limites sustentáveis estabelecidos pela avaliação de estoque, permitindo que a pescaria possa ser realizada pela presente e futuras gerações.

Além disso, desde que o sistema foi estabelecido, a prioridade na distribuição das cotas tem sido para os pescadores artesanais, como forma de garantir os seus rendimentos e a manutenção do seu modo de vida.

11. Quem decide o encerramento de uma modalidade de pesca? O Ministério? O Ibama? O GT? Os cientistas?

O limite da cota de captura e os gatilhos para o encerramento da pescaria são definidos em norma que é construída no âmbito de um Grupo de Trabalho que reúne o governo, o setor produtivo e cientistas. A partir dessas contribuições o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima publicam a portaria com os limites e formas de controle.

O reporte das produções é acompanhado diariamente e assim que o limite é atingido, é realizado o comunicado e suspensa a pescaria, conforme previsto na norma.

12. O que acontece com os pescadores artesanais quando a pesca é suspensa?

Quando a pesca artesanal de tainha atinge os percentuais de encerramento, a depender da modalidade de permissionamento, os pescadores e pescadoras podem utilizar outras artes para continuar pescando outras espécies.

No caso do emalhe anilhado, que é uma autorização de pesca especial temporária, ao fim da temporada de pesca ou diante do atingimento da cota estabelecida, as embarcações retornam para suas autorizações de origem, como emalhe de superfície ou de fundo.

Ainda neste sentido, também existem autorizações complementares, que podem ser utilizadas pelos pescadores e pescadoras a qualquer tempo, inclusive de forma concomitante à autorização principal. Como exemplo disso, citamos a linha de mão para captura de anchovas, serra, sororoca e outras espécies, a qual é uma autorização complementar da modalidade de emalhe costeiro de superfície.

Diante dessas alternativas, apenas a tainha deixaria de ser capturada, tendo outras formas e espécies a serem utilizadas para a continuidade da atividade pesqueira.

13. Há exemplos de países ou regiões onde a falta de controle levou ao colapso de estoques pesqueiros?

Sim. Há registro de colapso da pesca do pargo e do camurupim no Caribe e na Flórida, que gerou grande perda econômica e prejuízo ao setor pesqueiro, aumentando pressão também sobre outras espécies.